


## Um estudo sobre a pobreza multidimensional no estado do Ceará no período de 2005 a 2015

**Yonara Duarte Caetano<sup>i</sup>** 

Pesquisadora Autônoma, Juazeiro do Norte, CE, Brasil

**Marília de Souza Castro<sup>ii</sup>** 

Universidade Regional do Cariri, Iguatu, CE, Brasil

1

### Resumo

Por muito tempo a pobreza era definida apenas de acordo com a insuficiência de renda, porém seu conceito evoluiu e passou a ser incorporado a uma série de predicados ao longo do tempo, referentes não somente às variáveis econômicas, mas incluindo outras variáveis, tais como grau de instrução do indivíduo, condições de saúde, habitação, saneamento e inserção no mercado de trabalho. Dessa forma, tendo em vista o nordeste brasileiro, com destaque para o estado do Ceará, ainda é detentora de elevados níveis de pobreza e desigualdade, verifica-se o quão importante é essa abordagem multidimensional da pobreza para a região, visto que é classificada como mais completa e considera dimensões mais qualitativas, sem excluir a variável renda. Assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar a evolução e o nível de pobreza multidimensional no estado do Ceará no período de 2005 a 2015. Para tanto, fez-se uso da metodologia de Bourguignon e Chakravarty (2003) que leva em consideração uma abordagem multidimensional para avaliar a pobreza. Os dados utilizados baseiam-se na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). A conclusão das seis dimensões em análise apresentou uma elevação na proporção de pobres multidimensionais da população cearense, de 38,33% em 2005 para 44,15% no ano de 2015.

**Palavras-Chave:** Pobreza multidimensional. Desigualdade. Privação.

### A study on multidimensional poverty in the state of Ceará from 2005 to 2015

#### Abstract

For a long time, poverty was defined only according to insufficient income, however, its concept evolved and started to be incorporated a series of predicates over time, referring not only to economic variables, but including other variables, such as degree. education of the individual, health conditions, housing, sanitation and insertion in the labor market. Thus, considering that the Brazilian northeast, especially the state of Ceará, still holds high levels of poverty and inequality, it is clear how important this multidimensional approach to poverty is for the region, since it is classified as more complete and considers more qualitative dimensions, without excluding the income variable. Thus, the general objective of this work is to analyze the evolution and the level of multidimensional poverty in the state of



Ceará in the period from 2005 to 2015. For that, the methodology of Bourguignon and Chakravarty (2003) was used, which takes into account an approach multidimensional tool to assess poverty. The data used are based on the National Household Sample Survey (PNAD). The conclusion of the six dimensions under analysis showed an increase in the proportion of multidimensional poor in the Ceará population, from 38.33% in 2005 to 44.15% in 2015.

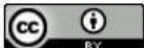
**Keywords:** Multidimensional poverty. Inequality. Deprivation.

## 1 Introdução

A temática da pobreza revelou-se um assunto cada vez mais debatido nas últimas décadas e vem despertando interesse tanto do meio acadêmico, como dos organismos internacionais, governos, bem como da sociedade civil. É uma questão de suma importância para as ciências sociais, incluindo a ciência econômica, tendo ganhado espaço de destaque nessas áreas. O debate contemporâneo vem relacionado à questão do desenvolvimento econômico e social, o seu estudo tem evoluído no sentido de haver uma discussão conceitual mais ampla, com novas abordagens e introdução de novos mecanismos de mensuração, refletindo na definição das políticas que tem como objetivo o enfrentamento dos efeitos negativos na sociedade.

Por muito tempo, a pobreza era definida apenas de acordo com a insuficiência de renda, porém seu conceito evoluiu e passou a ser vista como um fenômeno de variadas dimensões a serem exploradas, associado a uma série de predicados, que se referem não apenas às questões econômicas, mas incluindo outras variáveis no âmbito das “privações de níveis sociais, culturais e políticos, tais como as condições de educação, saúde, habitação, saneamento e inserção no mercado de trabalho”. Dentro desse espírito, no âmbito conceitual, a evolução mais marcante refere-se à mudança da perspectiva unidimensional para uma abordagem multidimensional da pobreza (PONTES, 2015).

O conceito de pobreza multidimensional passou a ser comumente utilizada a partir de 1995, após a publicação do primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no ano de 1990, em que as definições de pobreza direcionaram-se para as teorias do desenvolvimento humano,



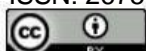


tendo como principal expoente Amartya Sen. Essa abordagem multidimensional visa a suprir questões ainda não exploradas na literatura, insuficiências dos indicadores empregados para a sua mensuração, podendo introduzir um conjunto de índices para compreender a complexidade da pobreza e melhor definir as políticas públicas para suprimi-la (PONTES, 2015). Ao analisar a pobreza como fenômeno multidimensional, duas abordagens são bastante evidenciadas: a abordagem das necessidades básicas e a abordagem das capacitações.

A pobreza e a desigualdade de rendimentos entre indivíduos têm marcado o processo de formação econômica do país. O enfrentamento da pobreza afeta substancialmente o nordeste brasileiro. Muitas foram as ações recentes de combate à pobreza no Nordeste, especialmente para o estado do Ceará, contudo, não foi o suficiente para combater os elevados níveis de pobreza.

Não se pode negar que houve considerável redução da pobreza e da extrema pobreza no Brasil, no Nordeste e no Ceará durante o período de 2002 a 2014, devido à estabilidade monetária, a um maior crescimento da economia, ao fortalecimento das políticas públicas, com destaque para o aumento real do salário mínimo, expansão do crédito popular, a ampliação da educação e a reformulação e intensificação dos programas de transferência de renda às camadas mais baixas da população. Como resultado, verificou-se a melhoria de vida de milhões de brasileiros, e a superação do nível de pobreza e indigência, porém os estados do Nordeste, ainda detêm quase metade da sua população vivendo em situação de pobreza e péssima qualidade de vida. Em se tratando do Ceará, afirma-se que o estado apesar de representar apenas 4% da população total do Brasil, “contém mais de 9% de toda a população extremamente pobre brasileira, quando medida pela linha de miséria adotada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (MDS)” (MEDEIROS; NETO, 2011).

Apesar de todo o aparato de programas sociais oferecidos pelo Estado brasileiro as camadas desfavorecidas, o Nordeste, com destaque ao estado do Ceará, continua sendo loco de grande concentração de famílias pobres e de grandes desigualdades sociais. Desta forma surgem as seguintes indagações: As políticas sociais ainda precisam





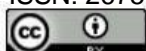
ser redimensionadas e melhor estruturadas, principalmente para o Ceará? De que forma o caráter multidimensional da pobreza pode influenciar na melhor formulação de políticas públicas para o enfrentamento de tal problema?

Dessa forma, tendo em vista a região Nordeste do Brasil, com destaque para o estado do Ceará, possui um baixo nível de desenvolvimento e ainda é detentora de elevados níveis de pobreza e desigualdade, esta pesquisa justifica-se pelo intuito de, a partir do conceito mais abrangente de pobreza como fenômeno multidimensional, colaborar para a formulação de políticas públicas mais bem elaboradas e eficientes de enfrentamento e combate à pobreza, bem como contribuir para que haja a ampliação de investimentos nas áreas de saúde, educação, serviços e direitos básicos (habitação, água, transportes, saneamento, entre outros), de modo a promover os cidadãos socialmente, minimizar os efeitos adversos da pobreza e proporcionar maior qualidade de vida para a população do Ceará.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a evolução e o nível de pobreza multidimensional no estado do Ceará no período de 2005 a 2015. De forma mais específica, a pesquisa busca realizar uma contextualização histórica sobre a pobreza e a desigualdade social no Brasil e no Nordeste, enfatizando o papel do Estado no processo de intervenção na área social e na formulação de políticas públicas para o combate à pobreza e ainda identificar os principais condicionantes da pobreza multidimensional no Ceará.

A metodologia apresentada foi construída por Bourguignon e Chakravarty (2003) e trata a pobreza como um fenômeno de múltiplas dimensões (ou multidimensional), ao especificar uma linha de pobreza para cada dimensão.

A pesquisa foi elaborada mediante a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referentes aos anos de 2005, 2009 e 2015. Serão avaliados 10 anos, a partir da década de 2000, ou seja, de 2005 a 2015. O que motivou a seleção deste período deve-se ao passo que no ano de 2005 já sucediam dois anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) na presidência. Em que o ano de 2005 e 2011 era o período do





mandato do governo Lula e no ano de 2015, o mandato do governo Dilma dá-se início à crise política e institucional.

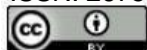
O estudo abordado está estruturado basicamente em cinco seções. A primeira é esta introdução. A segunda realiza uma contextualização da pobreza e da desigualdade social no Brasil e na região Nordeste, bem como o papel do Estado na elaboração de políticas públicas para o combate à pobreza e o seu modo de intervenção na área social. Na terceira seção, especifica-se a metodologia em que é apresentada a base de dados e a construção das dimensões utilizadas. Na quarta seção, são avaliados os resultados do modelo. A última trata das considerações finais do trabalho.

## 2 Revisão de literatura

### 2.1 Pobreza e desigualdade social no Brasil e no Nordeste: uma contextualização histórica

A discussão conceitual nas últimas décadas, acerca da pobreza tem ganhado uma série de predicados e instigado um interesse maior visto que ela tem sido “fonte de preocupação mundial e o mesmo vale para as estratégias para superar, como por exemplo, o desenvolvimento dos projetos da Organização das Nações Unidas (ONU), através de suas agências e de órgãos que tratam de questões específicas (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização para a Agricultura e a Alimentação (FAO), a Organização Mundial da Saúde (OMS), entre outras” (QUEIROZ; REMY; PEREIRA, 2010, p. 02).

Para FALVO (2010 p. 09) a compreensão da pobreza e da desigualdade social no Brasil necessita da abordagem multidimensional e suas complexas facetas, tendo como ponto de partida os elementos históricos de formação do país marcado pela extrema concentração de riqueza, ressaltando a “estrutura fundiária, a formação do mercado de trabalho urbano, o desenho das políticas sociais e os desequilíbrios regionais”. Ao mesmo tempo, devem-se levar em consideração as dimensões voltadas ao bem-estar social, que contemplam tanto as necessidades humanas (educação, saúde, moradia, alimentação, entre outras), como a variável renda e, ainda, os aspectos culturais e psicológicos.



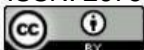


Historicamente, a geração da pobreza no Brasil deriva resumidamente de três fatores: a forma como a questão agrária foi encaminhada, os problemas estruturais do mercado de trabalho nacional e o modelo de políticas sociais criadas pelo Estado brasileiro. Dessa forma, a estrutura fundiária brasileira que era baseada nos grandes latifúndios, fazia que com que a grande camada de miseráveis rurais não tivesse acesso e direito à posse de terra. Com a introdução do sistema de automação no campo, a capacidade de acúmulo e demanda de mão de obra reduziu-se provocando assim, a migração de uma grande massa de trabalhadores para as cidades no mesmo momento em que o processo de urbanização crescia no país. Devido a esse aceleração do processo migratório, o mercado de trabalho urbano não conseguiu absorver a extensa massa de trabalhadores, provocando um número maior de desempregados e miseráveis, fazendo perpetuar ainda mais a pobreza. Além disso, percebe-se que, em muitos casos, as políticas sociais de distribuição de renda são ineficazes e refletem as características do Estado brasileiro, que é dominado por interesses particulares e pela união das altas classes sociais que excluem a participação popular (SILVA, 2005).

O Brasil, apesar das variadas ações voltadas para a área social e de ser um país altamente rico em recursos naturais, é detentor de uma das maiores desigualdades sociais do mundo, apresentando-se como um país injusto no que tange à distribuição de recursos, acesso a bens básicos e a questões sociais (QUITES, 2013). Corroborando com essa ideia, Werthein e Noleto (2003, p. 19), afirmam que o Brasil é um “país extremamente desigual e estruturalmente injusto. Um dos países mais desiguais do planeta, onde esta desigualdade tem sido uma característica permanente e marcante da estrutura econômica e social”.

Segundo Barros, Henrique e Mendonça (2000, p. 141), a descrição relacionada à estrutura da pobreza é a de que:

O Brasil, no limiar do século XXI, não é um país pobre, mas um país extremamente injusto e desigual, com muitos pobres. A desigualdade encontra-se na origem da pobreza e combatê-la torna-se um imperativo. Imperativo de um projeto de sociedade que deve enfrentar o desafio de combinar democracia com eficiência econômica e justiça social. Desafio clássico da era moderna, mas que toma







contornos de urgência no Brasil contemporâneo (HENRIQUE E MENDONÇA, 2000, p. 141).

7

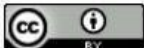
É importante destacar que a pobreza no Brasil, ao longo do seu processo histórico, decorre principalmente, de um cenário de extrema desigualdade, que conseqüentemente, desenvolveu um sistema social e econômico totalmente excludente e concentrador, sendo que seu agravamento deu-se na mesma dimensão ou até mesmo acompanhado do desenvolvimento do sistema capitalista, associado aos processos de industrialização e de urbanização das cidades, destacando que este último foi impulsionado pelo êxodo rural, em que as pessoas viam-se forçadas a migrar em direção às cidades, buscando melhores condições de vida e emprego (SILVA; SOUZA JUNIOR, 2012).

Segundo Falvo (2010, p. 16), ao observar a década de 2000 constatou-se “que apesar dos baixos índices de crescimento do produto nacional, a diferença entre as camadas sociais reduziu-se consideravelmente, alcançando o menor nível dos últimos 30 anos”. Em relação à distribuição de renda, analisou-se que houve ampliação e isso se deveu principalmente à adoção dos programas sociais voltadas às baixas camadas da população.

Em comparação ao contingente populacional, o Brasil foi um dos países que contribui de forma significativa para a conquista global da meta A do ODM1 (Objetivo de Desenvolvimento do Milênio) – “reduzir a pobreza extrema à metade do nível de 1990 até 2015”. Enquanto a pobreza extrema mundial caiu pela metade – de 47% em 1990, para 22% em 2012 – o Brasil, conseguiu reduzir a extrema pobreza para menos de um sétimo do nível de 1990: de 25,5% para 3,5% em 2012, ou seja, na métrica da ONU o Brasil fez 25 anos em 8 (RELATÓRIO NACIONAL ACOMPANHAMENTO ODM, 2014).

De acordo com o IPEA (2016), o número de indivíduos extremamente pobres no Brasil reduziu-se de 27.659.557 em 1990 para 8.191.008 em 2014. Quanto aos indivíduos pobres, entre os anos de 1990 e 2014, a diminuição foi de 58.119.829 para 25.888.565.

Contudo, apesar de os níveis de pobreza terem diminuído bastante no Brasil, muitas das suas características permanecem iguais como, por exemplo, o aspecto geográfico. Quando se observa a região Nordeste, constata-se que ela continua sendo



uma das regiões mais pobres do Brasil, onde persistem os piores índices sociais (SOARES et al., 2016).

Observa-se o que o Brasil apresenta um grande desequilíbrio entre as regiões que compõem o país, ou seja, há grandes disparidades regionais. Dessa forma, quando se compara o nordeste brasileiro às demais regiões do país, nota-se que, embora represente 28% da população, esta concentra mais da metade da população extremamente pobre (MEDEIROS; NETO, 2011).

De acordo com Mendonça (*et al.*, 2010) no ano de 2008, existia no Nordeste uma taxa de pobreza que representa mais que o dobro da pobreza do Brasil, que era de 20,26% e a do Nordeste era de 50,15%. É válido destacar que os piores indicadores sociais concentram-se ainda no meio rural nordestino, mais precisamente no semiárido, em decorrência da desigualdade na posse de terra, do sistema de exploração que é de baixa produtividade, da implantação de políticas públicas que são limitadas e das condições climáticas que são instáveis e, muitas vezes, desfavoráveis.

De modo mais específico, afirma-se que o Ceará é o 8º estado mais populoso do país e representa aproximadamente 4,36 % do Brasil, “mas contém mais de 9% de toda a população extremamente pobre brasileira, quando medida pela linha de miséria adotada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – MDS” (MEDEIROS; NETO, 2011, p. 23).

O Ceará, no ano de 2011, contava com pouco mais de um milhão de pessoas vivendo na situação de pobreza extrema (indigência), o equivalente a 10,6% da população residente no Estado, ocupando o terceiro lugar na ordem dos estados com maior número de pessoas vivendo na pobreza extrema e na proporção de indivíduos vivendo em situação de pobreza – proporção de pobres – entre os estados federativos brasileiros, como se verifica nas tabelas abaixo (IPEA, 2016).

**Tabela 1:** Número de indivíduos extremamente pobres e pobres no Ceará - Linhas de Pobreza Baseada em Necessidades Calóricas

Anos	Número de Indivíduos Extremamente Pobres	Número de Indivíduos pobres
2002	2.019.136	4.298.601
2003	2.201.543	4.470.062





2004	2.069.790	4.502.109
2005	1.950.738	4.129.759
2006	1.625.764	3.746.994
2007	1.546.241	3.600.725
2008	1.138.074	3.214.454
2009	1.233.824	3.046.878
2011	1.175.435	2.807.950
2012	977.735	2.409.165
2013	927.434	2.383.155
2014	812.632	2.155.936

Fonte: IPEADATA, 2016.

A atenuação da extrema pobreza e da pobreza “no Ceará pode ser explicada pelas políticas nacionais de transferência de renda, pelo elevado PIB de 2010, pelo crescimento do PIB estadual, acima do PIB nacional, e pela redução das desigualdades de renda registrada na última década”. Contudo, os desafios ainda são imensos, pois “o Ceará ainda tem o 3º maior contingente de pobres do país”, o que exige, por um lado, muita dedicação e políticas direcionadas de combate aos seus efeitos e, por outro, a geração de renda no estado (OLIVEIRA, 2014).

## 2.2 Conceituando pobreza como um fenômeno multidimensional

Os debates acerca do problema da pobreza é um assunto bastante explorado, seja pelos inúmeros projetos de políticas públicas direcionados para o seu combate ou pela variedade de estudos que procuram avaliá-la e mensurá-la. Assim, para tratar o problema da pobreza, torna-se necessário considerá-la sob uma ótica multifacetada, o que se constitui em trabalho bastante complexo, envolvendo uma série de fatores, tendo como exemplo a educação, os aspectos culturais e a economia (VALE et al, 2010).

A pobreza costumeiramente é medida como escassez ou insuficiência de renda. Porém, a renda por si só como forma de mensuração de pobreza é imprecisa tanto pelo fato de que há dificuldade de informação de valores totalmente corretos, sendo que frequentemente tais valores são distorcidos como pode incorrer no risco de não estimar a real pobreza (CALDAS; SAMPAIO, 2015).

A falta ou insuficiência de renda são elementos de grande importância na argumentação sobre pobreza, ou privação, mas é válido destacar que ela deve ser



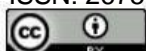


compreendida por diversas facetas. Assim, a pobreza pode ser entendida por um viés monetário, relacionado à insuficiência de recursos e restrições orçamentárias que dificulta a provisão das necessidades vitais como alimentação, higiene, saúde, vestuário, educação, lazer, entre outras. São considerados então pobres, aquelas pessoas que, “além de não possuírem renda suficiente para suprir suas necessidades e nem acesso a outras alternativas para satisfazê-las, não são valorizados e respeitados como cidadãos” (FRONZA, 2010, p. 06).

A concepção multidimensional da pobreza já vinha ganhando força entre os órgãos internacionais ligados às Nações Unidas e passou a ser comumente utilizada em 1995. No ano de 1990, após ter sido publicado o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), as definições de pobreza direcionaram-se para as teorias do desenvolvimento humano, tendo Amartya Sen, como seu principal expoente (CURRALERO, 2012).

Assim, os estudos realizados sobre a temática da pobreza foram atualmente revistos por diferentes concepções da qual era utilizada no século passado e os estudos apresentados por Amartya Sen sobre o caráter da pobreza, revelou novas áreas de estudo, “onde outras variáveis além da renda foram incorporadas as análises da pobreza” (SANTOS; CARVALHO; BARRETO, 2015)

Nessa perspectiva da pobreza multidimensional, Sen (2010, p. 12) afirma que “a renda é apenas um meio, mas nunca um fim em si para a sua erradicação”. Assim, a pobreza é um fenômeno subjetivo e relaciona-se com variáveis de ordem quantitativas (como a renda) e fatores qualitativos. “Considerar a pobreza como um fenômeno que, naturalmente, possui múltiplas dimensões, significa admitir que a qualidade de vida das pessoas está relacionada a fatores de natureza tanto física quanto social”. É válido destacar que, a perspectiva monetária não deve ser excluída da compreensão da pobreza, pois a ótica multidimensional aparece para complementá-la. Dessa forma, “o pensamento científico acerca da pobreza tem evoluído em direção a conceitos cada vez mais complexos e que agregam um número maior de variáveis” (RIBEIRO, 2013, p. 05).





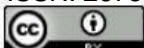
Ao analisar a pobreza como fenômeno multidimensional, duas abordagens são bastante evidenciadas: “a abordagem das necessidades básicas e a abordagem das capacitações”. De acordo com Araujo, Moraes e Cruz (2013, *apud* PONTES, 2015, p. 11) a ótica das necessidades básicas passou a destacar-se e a ter maior relevância na década de 1970, influenciando determinados órgãos internacionais no que diz respeito às políticas.

O termo “necessidades básicas” está associado “ao acesso à alimentação, saúde, educação, moradia, segurança entre outros. De uma forma mais generalizada, pode-se dizer que a não satisfação destas necessidades básicas implica em ônus físicos e sociais ao indivíduo” (RIBEIRO, 2011, p. 09).

A concepção das necessidades básicas elenca outros determinantes para a análise da qualidade de vida das pessoas, retirando a renda do centro da questão. Essa abordagem ultrapassa as necessidades físicas e biológicas e abrange uma visão mais complexa de necessidades humanas como saúde, educação, moradia, saneamento e mercado de trabalho. Assim, essa ideia inclui outros aspectos da vida cotidiana das pessoas, visto que elas não somente se alimentam, mas também trabalham, convivem, relacionam-se entre si possuindo assim, uma vida social (SANTANA, 2012).

Além disso, essa perspectiva configura-se como um significativo avanço para as pesquisas e definição de estratégias de enfrentamento à pobreza, tendo em vista que ela passa a examinar as múltiplas dimensões desse fenômeno e, desse modo, incorpora outras variáveis que possibilitam um olhar mais abrangente acerca dos condicionantes da pobreza. Destaca-se que, além da renda, outras variáveis passam a ser consideradas e exercem um papel relevante para medir os efeitos na qualidade de vida dos indivíduos. Assim, ela volta-se não apenas para a “satisfação das “necessidades básicas” do indivíduo de maneira peculiar, mas também no atendimento a várias necessidades referentes ao meio coletivo, à sociedade” de modo geral (RIBEIRO, 2011, p. 12).

Dessa forma, os indicadores da pobreza segundo essa abordagem incluem aspectos imateriais que proporcionam uma vida digna aos indivíduos. Nesse contexto, essa concepção faz uso das relações sociais, ao considerar que as condições de





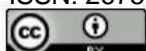
existência vão muito além dos aspectos materiais e individuais. Consequentemente, inserem uma dimensão social e política à pobreza (ESPÍNOLA; ZIMMERMANN, 2012).

Em relação à perspectiva das capacitações, “a pobreza está relacionada às privações de necessidades básicas” suportadas pelos indivíduos como já foi mencionado, bem como a falta de oportunidades para alcançar alguns níveis aceitáveis de funcionamento. As funções relevantes para essa análise podem variar de aspectos físicos como nutrição, possuir uma saúde de qualidade até pontos mais complexos, tais como ser feliz e deter participação da vida social (OLIVEIRA; SOUZA; JUNIOR, 2015).

De acordo com Amartya Sen (2001, *apud* SILVA, 2009) esse argumento é reforçado quando afirma que “o conceito de pobreza não pode ser relacionado exclusivamente à noção de insuficiência de renda”, mas deve ser compreendida de modo mais profundo e amplo. Fala-se, portanto, da “pobreza como privação de capacidades básicas que leva a vulnerabilidade, exclusão, carência de poder, de participação e voz, exposição ao medo e a violência – enfim, a exclusão de direitos básicos e de bem-estar”. Todavia, Sen evidencia e considera que “a baixa renda é um dos fatores de geração da pobreza, visto que a falta de renda pode ser uma razão essencial da privação de capacidades” (REGO; PINZANI, 2013, p.12).

Ademais, a “abordagem das capacitações” traz consigo duas concepções substanciais, quais sejam: a liberdade e igualdade. A percepção acerca da conceituação de capacitações está intimamente relacionada à liberdade, uma vez que é por meio da plena satisfação da liberdade que se atende de forma eficiente às capacitações. Ela é “o fim primordial e o principal meio de desenvolvimento” (SEN, 2010, p. 52). No que tange ao princípio da igualdade, Sen (2010, p. 54) afirma que a “igualdade precisa ser avaliada em termos de capacitações e não de oportunidades”, dado que subsistem diversos elementos que tornam os indivíduos diferentes entre si. “Desta forma, mesmo diante de oportunidades iguais, nem todas as pessoas podem ter suas capacitações básicas satisfeitas em virtude das particularidades de cada uma” (SEN, 2010, p. 52).

Portanto, pode-se dizer que a análise das capacidades tem como eixo principal proporcionar o bem-estar humano, defendendo o acesso a um padrão de vida saudável,





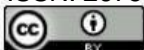
em que as pessoas possam ter liberdade políticas e civis e desfrutar de todos os privilégios da cidadania (ESPÍNOLA; ZIMMERMANN, 2012).

## 2.3 Estado: seu papel na intervenção na área social e na formulação de políticas públicas

13 A origem do Estado tenta ser explicada por diversas teorias, porém a que mais se destaca é a que afirma “[...] que o Estado surgiu da necessidade de ruptura entre a barbárie (desordem social) e a civilização”. Nesse sentido, os homens optam por transitar para a sociedade civil construindo o poder político e as leis. Justamente por isso, a mudança do Estado de Natureza (que segundo Hobbes é o estado de “todos contra todos”, em que os homens lutam entre si pelo poder) para a sociedade civil, sucede-se a partir do Contrato Social. Em que “o Estado é formado por um acordo ou pacto, entre um conjunto de homens, sendo este uma unidade de poder absoluto, tendo a obrigação de representar a coletividade”. Assim, esta passagem, a qual é intermediada pelo Contrato Social, possibilita que os direitos sociais, considerados direitos naturais, vigentes no Estado de Natureza, consigam ser assegurados e ofertados com maior efetividade pelo Estado (CHAUI, 2009, p. 14).

De acordo com Friede (2007, p. 21) houve uma evolução no decorrer da história sobre o conceito de Estado. Que conforme tal autor afirma, “surge do termo *polis* na Grécia, *civitas* em Roma e *estado* durante a Idade Média”. Apesar de existir uma diversidade de maneiras de defini-lo, pode-se entender por Estado, toda associação ou grupo de indivíduos alocados em certo território, provido de poderio supremo. Dessa forma, há um tripé essencial: território, povo e soberania. Segundo Netto (1986, p. 42, apud SCHEEFFER, 2014), “Estado é a sociedade necessária em que se observa o exercício de um governo dotado de soberania a exercer seu poder sobre uma população, num determinado território, onde cria, executa e aplica seu ordenamento jurídico, visando ao bem comum”.

Um grande dilema presente nos dias atuais refere-se ao papel do Estado na sociedade e essas diferenças podem ser consideradas como base para as diferenças





políticas, divergências no tocante à função desempenhada pelo Estado. A partir do princípio de que o “Estado é o principal agente no que tange ao oferecimento de políticas públicas”, como também na contraposição e combate aos problemas públicos, sejam econômicos, sociais ou em outros setores, essa discussão apresenta-se extremamente relevante (SCHEEFFER, 2014, p. 10).

Não existe consenso na literatura econômica, mas alguns estudos apontam que após os primeiros resultados da globalização econômica e financeira, o mercado é incapaz de assegurar a integração e o desenvolvimento social e apenas mediante a ação efetiva do Estado, por meio de políticas públicas eficientes, é que acontecerá a redução (e não extinta) da desigualdade social e a pobreza a padrões plausíveis e significativos (ALVES; VILELA; RODRIGUES, 2013).

Neste sentido, Couto (2006, p. 23) “ressalta que a concretização e a garantia dos direitos sociais dependem fundamentalmente da intervenção do Estado, estando esta ligada às condições econômicas e à base fiscal estatal para ser assegurada”. Sua concretização depende da realização de políticas sociais de caráter público, executadas a partir da intervenção do Estado. “Constituem-se em direitos de prestação de serviços ou de créditos, gerando obrigações por parte do Estado, que detém a responsabilidade de, por meio do planejamento e de execução de políticas para o bem-estar do cidadão”, reponder às necessidades das diversas camadas da sociedade, em especial, a dos menos favorecidos.

A elaboração de estratégias de enfrentamento necessita da compreensão do cenário externo, político, econômico e a forma de inserção do país no contexto da globalização econômica e financeira mundial para a efetivação das políticas públicas (BARBIERI; RIBEIRO, 2012).

Nessa perspectiva, o Estado passa a ser aquele que regula e age como mediador da área social, em que, por meio das políticas sociais, possa possibilitar a diminuição dos índices de desigualdade e pobreza, produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico e pelo sistema Capitalista vigente, procurando desenvolver ações para o social, para as





camadas desfavorecidas e não para a classe dominante (classe burguesa) (WLODARSKI; CUNHA, 2005).

Portanto, nas sociedades modernas, é dever do Estado oferecer políticas públicas eficazes que atendam aos anseios e às variadas demandas da sociedade. Dessa forma, para que as funções estatais sejam exercidas com autenticidade, é preciso haver planejamento e constante interação entre governos e sociedade, de forma que sejam realizados acordos com base nas linhas de atuação dos organismos nacionais e internacionais que orientem a formulação e a implementação das políticas públicas (DALLAGO, 2007).

15

## 3 Metodologia

### 3.1 O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)

Segundo Bourguignon e Chakravarty (2003), ponderar a perspectiva de ser carente em indistinto âmbito da pobreza é um método simplificado de interpretá-la e da contagem do número de pobres. Definir a variável indicador de pobreza é uma forma de fazer isso. Uma perspectiva de múltiplas dimensões define a pobreza por meio de um vetor de aspectos singulares (TSUI, 2002 apud SILVA *et al.*, 2014).

Afirma-se que um Indicador de Pobreza Multidimensional (IPM), em termos gerais, pode ser representado como uma função:

$$P(X,z):M \times z \rightarrow R_{+}^1$$

Em que “ $X \in M$  é uma matriz de atributos, como renda, educação, saúde, ( $n \times m$ ), para  $i = \{1, 2, \dots, m\}$  pessoas e  $k = \{1, 2, \dots, m\}$  dimensões,  $z \in Z$  é um vetor de limites ou “níveis minimamente aceitáveis” para diferentes atributos” (BOURGUIGNON; CHAKRAVARTY, 2003, apud SILVA *et al.*, 2014, p. 10).

É possível “elaborar um índice através de no mínimo três óticas metodológicas distintas: a) a abordagem axiomática; b) a teoria dos conjuntos fuzzy e; c) a teoria das informações” (MAASOUMI; LUGO, 2008 apud SILVA *et al.*, 2014, p. 10).

De acordo com Bourguignon e Chakravarty (2003) - um indicador multidimensional global – pode ser dividido e corresponde às premissas fundamentais, define-se como:

$$P(X, z) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n f \left( \max\{0; (1 - \frac{x_{i1}}{z_1})\}, \dots, \max\{0; (1 - \frac{x_{ik}}{z_k})\} \right) \quad (1)$$

Ou da seguinte forma:

$$P(X, z) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n f(X_{i,1}, \dots, X_{i,m}) \quad (1.1)$$

Para estabelecer  $f(\cdot)$  por abordagem vinculativa e utilizando uma variação no índice de Foster, Greer e Thorbecke (1984 apud SILVA *et al.*, 2014) com o objetivo de averiguar o nível de severidade da pobreza, torna-se possível medir a pobreza multidimensional como:

$$P(X, z) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n f \left[ \frac{1}{m} \sum_{k=1}^m x_{i,k}^2 \right] \quad (2)$$

Na fórmula (2), pode-se considerar que as perspectivas são insubstituíveis, porém correlacionam-se ao grau generalizado de pobreza, o que é coerente a uma abordagem que se baseia em enfoques de bem-estar. No que se refere ao aspecto individual, é dada maior intensidade para as dimensões que denotam um maior *Gap* de privação e, após isso, maior peso é concedido a indivíduos que possuem níveis mais elevados de privação. Tal modelo, torna o índice sensível no que diz respeito à disseminação da pobreza. Sendo observada em nível individual, a pobreza pode ser definida por:  $P_i \frac{1}{m} \sum_{k=1}^m X_{i,k}^2$ , considerando um valor máximo de 1, em que se configura como pobreza total e um mínimo de 0, identificado como sem pobreza (SILVA *et al.*, 2014).

Segundo, Silva *et al.* (2014, p. 11) “os índices de incidência (proporção de pobres) e os graus de privação para distintas regiões e grupos demográficos”, podem ser estimados de forma correspondente a cada dimensão. Em se tratando do índice de incidência, é levado em consideração que todos os indivíduos que se encontram “sob o limite de ao menos uma variável, sofrem privação (enforque de união), de acordo com a regra subsequente” (SILVA *et al.*, 2014, p. 11):

$$\text{SofrePrivação} = \begin{cases} \text{Sim}; & \text{se } X_{i,k} > 0 \\ \text{Não}; & \text{se } X_{i,k} = 0 \end{cases} \quad (3)$$

Como afirmam Silva *et al.* (2014), o grau que cada pessoa sofre privação correspondente a cada índice que pode ser mensurado de modo direto por  $X_{i,k}^l$  apesar de que o nível de privação individual em qualquer perspectiva é estabelecido pela função de agregação  $gk(\cdot)$  conforme segue:

$$X_{i,k} = \frac{1}{p} \sum_{l=1}^p X_{i,k}^l \quad (4)$$

Baseado na função que se segue, “os indicadores se agregam para cada dimensão:  $X_{i,k} = g_k(x_{i,k}^1, \dots, x_{i,k}^p)$  para as variáveis  $l = \{1, \dots, p\}$ , onde a função  $gk(\cdot)$  é peculiar a cada dimensão  $k$ ” (SILVA *et al.*, 2014, p. 11). Dessa forma, os índices, em sua totalidade, possuem o valor máximo de 1, que corresponde ao grau atingido, e um valor ínfimo de 0, referente à privação total. Assim, essa descrição é usada com o intuito de diminuir os problemas de descontinuidade.

### 3.2 Fonte de Dados e Construção das Dimensões

A fim de construir os indicadores e as dimensões que constituem a pobreza multidimensional, a base de dados empregada foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), atinente aos anos de 2005, 2009 e 2015. A escolha desse período justifica-se pelo fato de que, no ano de 2005 já teria transcorrido dois anos do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), no governo federal. Em que no ano de 2005 e 2011 estava sendo o período do mandato do governo Lula e no ano de 2015, no mandato do governo Dilma, dá-se início à crise política e institucional. Foram apreciadas neste estudo seis dimensões na formulação de um indicador de múltiplas dimensões, conforme mostra o Quadro 1. É importante observar que, além das seis dimensões, vinte e nove (29) variáveis advindas das variáveis originais foram deduzidas das PNAD. Estas variáveis foram selecionadas, segundo a pesquisa realizada acerca da temática da pobreza, sob duas perspectivas: *teoria das necessidades básicas* e *teoria das capacidades*.



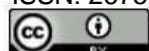
O motivo pelo qual foi utilizada a PNAD como fonte de dados, dá-se pela sua disponibilidade de material e de informações concernentes à época mais recente (a partir do ano 2000), em virtude da sua periodicidade anual (exceto os anos censitários).

O Quadro 1 mostra os índices  $X_{i,k}^l$  elaborados para  $i=\{1,2,\dots,n\}$  pessoas,  $j=\{1,2,\dots,h\}$  domicílios e  $k=\{1,2,\dots,m\}$  dimensões. Todos esses índices detêm um valor máximo de 1 (não privado) e outro valor ínfimo de 0 (privação total). Os parâmetros são determinados entre 0 e 1 para diminuir as dificuldades de descontinuidade, contudo, limitam-se pela disponibilidade de dados. Tendo como objetivo captar distintos conjuntos de dados conclusivos, determinam-se assim, distintos níveis paralelos (o que quer dizer que os indicadores são ordinais) (SILVA *et al.*, 2014).

Em cada dimensão baseada na função que segue, os índices agregam-se:  $X_{i,k} = g_k(x_{i,k}^1, \dots, x_{i,k}^p)$  para as variáveis  $l = \{1, \dots, p\}$ , em que a função  $g_k(\cdot)$  é singular de cada dimensão  $k$ . Como forma de detectar “o nível de privação de cada dimensão, a reformulação dos índices se efetua usando a fórmula:  $X_{i,k} = 1 - X_{i,k}$ , onde o nível de privação  $X_{i,k}$  é entendido como sendo o *Gap* relativo entre o nível individual de  $X_k$  e o limite inicial da privação  $Z_k = 1$ , com um valor máximo de 1 (privação total) e um mínimo de 0 (sem privação)” (SILVA *et al.*, 2014, p. 11).

**Quadro 1: Dimensões e Indicadores da Pobreza Multidimensional**

Dimensões	Variáveis Derivadas	Indicadores
Condições de Moradia	Tipo de moradia	$X_{i,1}^1 = \begin{cases} 1, & \text{se casa própria} \\ 0, & \text{se outros} \end{cases}$
	Material da parede	$X_{i,1}^2 = \begin{cases} 1, & \text{se adequado} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$
	Material do telhado	$X_{i,1}^3 = \begin{cases} 1, & \text{se adequado} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$
	Água encanada	$X_{i,1}^4 = \begin{cases} 1, & \text{se adequado} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$
	Proveniência da água encanada utilizada no domicílio	$X_{i,1}^5 = \begin{cases} 1, & \text{se adequado} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$
	Iluminação	$X_{i,1}^6 = \begin{cases} 1, & \text{se adequado} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$
Saúde	Esgotamento sanitário	$X_{i,2}^1 = \begin{cases} 1, & \text{se adequado} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$
	Banheiro no domicílio	$X_{i,2}^2 = \begin{cases} 1, & \text{se sim} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$
	Destino do lixo	$X_{i,2}^3 = \begin{cases} 1, & \text{se adequado} \\ 0, & \text{se não} \end{cases}$



Acesso a Bens Duráveis	Fogão	$X_{i,3}^1 = \begin{cases} 1, se\ sim \\ 0, se\ não \end{cases}$
	Geladeira	$X_{i,3}^2 = \begin{cases} 1, se\ sim \\ 0, se\ não \end{cases}$
	Celular	$X_{i,3}^3 = \begin{cases} 1, se\ sim \\ 0, se\ não \end{cases}$
	Televisão	$X_{i,3}^4 = \begin{cases} 1, se\ sim \\ 0, se\ não \end{cases}$
Comunicação e Informação	Computador	$X_{i,4}^1 = \begin{cases} 1, se\ sim \\ 0, se\ não \end{cases}$
	Internet	$X_{i,4}^2 = \begin{cases} 1, se\ sim \\ 0, se\ não \end{cases}$
Educação	Alfabetização de Adultos	$X_{i,5}^1 = \begin{cases} 1, se\ sim \\ 0, se\ não \end{cases}$
	Ensino Fundamental incompleto (1ª a 4ª série)	$X_{i,5}^2 = \begin{cases} 1, se\ tiver\ de\ 1ª\ a\ 4ª\ série \\ 0, se\ não \end{cases}$
	Ensino Fundamental completo (até 8ª série)	$X_{i,5}^3 = \begin{cases} 1, se\ tiver\ até\ a\ 8ª\ série \\ 0, se\ não \end{cases}$
	Ensino Médio Completo	$X_{i,5}^4 = \begin{cases} 1, se\ tiver\ acima\ de\ 15\ anos \\ de\ estudo\ na\ idade\ adequada \\ 0, se\ não \end{cases}$
	Superior	$X_{i,6}^1 = \begin{cases} 1, se\ sim \\ 0, se\ não \end{cases}$
Trabalho	Empregado com carteira	$X_{i,6}^1 = \begin{cases} 1, se\ sim \\ 0, se\ não \end{cases}$
	Funcionário público	$X_{i,6}^2 = \begin{cases} 1, se\ sim \\ 0, se\ não \end{cases}$
	Outros empregos sem carteira	$X_{i,6}^3 = \begin{cases} 1, se\ sim \\ 0, se\ não \end{cases}$
	Trabalho doméstico com carteira	$X_{i,6}^4 = \begin{cases} 1, se\ sim \\ 0, se\ não \end{cases}$
	Trabalho doméstico sem carteira	$X_{i,6}^5 = \begin{cases} 1, se\ sim \\ 0, se\ não \end{cases}$
	Conta própria	$X_{i,6}^6 = \begin{cases} 1, se\ sim \\ 0, se\ não \end{cases}$
	Trabalho próprio consumo pessoal	$X_{i,6}^7 = \begin{cases} 1, se\ sim \\ 0, se\ não \end{cases}$
	Trabalho na construção para uso próprio	$X_{i,6}^8 = \begin{cases} 1, se\ sim \\ 0, se\ não \end{cases}$
	Trabalho não remunerado	$X_{i,6}^9 = \begin{cases} 1, se\ sim \\ 0, se\ não \end{cases}$

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADs.

A dimensão 1: Condições de moradia, foram aplicadas na sua observação as seguintes variáveis: tipo de moradia, material de parede, material do telhado, água encanada, proveniência da água encanada e iluminação. Mesmo que haja a possibilidade de essas variáveis serem discutidas conforme a sua importância na avaliação da pobreza, compreende-se que a falta de condições apropriadas de habitação consiste em uma espécie de privação relevante, além de se caracterizar como uma contravenção aos direitos sociais assegurados pela constituição brasileira.



Dimensão 2: Saúde. Nessa perspectiva, serão usados *proxies* para estudá-la, tendo em vista que não há elementos singulares que possibilitam a apresentação de dados relacionados a tal dimensão, sendo elas: esgotamento sanitário, banheiro no domicílio e destino do lixo. O que motivou essa preferência foi o fato de que a inexistência de acesso ou o acesso impróprio a qualquer um desses elementos, é capaz de gerar graves problemas à saúde do ser humano, especialmente quando se refere à saúde básica.

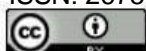
A dimensão 3: Acesso a bens duráveis. As variáveis estudadas nessa dimensão foram fogão, geladeira, celular e televisão. Essa dimensão, por sua vez, tem importância, pois significa o mínimo de acesso a alguns bens básicos.

Dimensão 4: Comunicação e informação também entram no estudo. Consideram-se como seres privados aqueles não detêm meios de se comunicar na sociedade contemporânea. As variáveis analisadas são: internet e computador.

Outro aspecto importante da pesquisa retratado nessa seção é a dimensão 5: Nesta, a Educação, demonstra uma inovação para a medir a pobreza multifacetada no Ceará. O que leva em conta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996), em que se determina as diretrizes e bases da educação nacional, afirmando que existe um patamar de escolaridade mínima atribuída para cada idade específica.

Seguindo essa linha, para o morador cujo grau de escolaridade seja mais elevado do que o cobrado para a sua faixa etária, é ponderado não privado, em oposição a isso, o privado. Levando em consideração também as pessoas de 18 anos ou mais que não possuam a quantidade de anos de estudo atinentes ao encerramento do ensino médio, sendo este visto como desprovido no que diz respeito a anos de escolaridade e não possuindo a capacidade de conquistar um trabalho digno sem ter concluído o ensino médio, seria assim ponderado como privado.

Dessa forma, a perspectiva da educação está fragmentada em 5 variáveis estudadas, com relação à idade apropriada no que se refere a cada etapa escolar: Alfabetização de adultos, ensino fundamental incompleto e finalizado, ensino médio concluído e ensino superior. Nessas esferas especificadas, foi considerado o número de anos de estudo mínimo requeridos para o encerramento das etapas de ensino. Ao





introduzir esse elemento no índice, o objetivo foi absorver não apenas o ano de estudo médio por pessoa, mas também o “contexto educacional” no qual este indivíduo está incorporado.

E, por fim, a dimensão 6: Trabalho, tem-se nove variáveis: Empregado com carteira assinada, funcionário público, outros empregos sem carteira assinada, trabalho doméstico com e sem carteira, conta própria, trabalho próprio para consumo pessoal, trabalho na construção para uso próprio e trabalho não remunerado.

## 4. Resultados e Discussão

A princípio, são analisados os resultados dos níveis de privação em cada uma das dimensões específicas, no decorrer dos anos de 2005, 2009 e 2015. Posteriormente, a pobreza multidimensional é estudada entre o Ceará, o Nordeste e o Brasil.

### 4.1 Dimensão 1: Condições de Moradia

A fim de mensurar a privação de moradia, são levados em consideração seis indicadores. Na Tabela 4, é apresentada a porcentagem de população que possui carência na habitação. Verificou-se uma variação muito inconstante durante os anos avaliados no que tange ao tipo de moradia no Ceará. Havendo assim, um crescimento do índice de privação, que em 2005 era de 55,9%, ultrapassando para 56,8% no ano de 2015.

Analisando em nível de Nordeste, nota-se que também ocorreu um aumento no grau de privação no que concerne à moradia. No ano de 2005, era de 52,7% e elevou-se para 57,4% em 2015.

Em âmbito nacional (Brasil), percebe-se que a privação também aumentou, de 55,5% em 2005 para 59,4% em 2015.

**Tabela 4:** Índice de Privação das dimensões em nível de Ceará, Nordeste e Brasil nos anos de 2005, 2009 e 2015 (%)

Dimensões	BR					
	2005		2009		2015	
	1	0	1	0	1	0
Condições de Moradia	44,5	55,5	42,8	57,2	40,6	59,4



Saúde	18,0	82,0	17,8	82,2	17,6	82,4
Acesso a bens duráveis	28,8	71,2	29,8	70,2	29,5	70,5
Comunicação e Informação	2,6	97,4	5,0	95,0	8,3	91,7
Educação	2,3	97,7	0,9	99,1	0,6	99,4
Trabalho	3,8	96,2	3,7	96,3	3,4	96,6

Dimensões	NE					
	2005		2009		2015	
	1	0	1	0	1	0

Condições de Moradia	47,3	52,7	33,9	66,1	42,6	57,4
Saúde	16,7	83,3	12,5	87,5	16,2	83,8
Acesso a bens duráveis	27,8	72,2	22,5	77,5	30,2	69,8
Comunicação e Informação	1,5	98,5	2,5	97,5	7,0	93,0
Educação	2,6	97,4	0,8	99,2	0,7	99,3
Trabalho	4,0	96,0	27,8	72,2	3,3	96,7

Dimensões	CE					
	2005		2009		2015	
	1	0	1	0	1	0

Condições de Moradia	44,1	55,9	45,3	54,7	43,2	56,8
Saúde	17,5	82,5	16,9	83,1	16,2	83,8
Acesso a bens duráveis	29,8	70,2	30,0	70,0	30,2	69,8
Comunicação e Informação	1,5	98,5	3,0	97,0	6,5	93,5
Educação	2,8	97,2	1,0	99,0	0,7	99,3
Trabalho	4,2	95,8	3,8	96,2	3,2	96,8

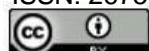
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD.

#### 4.2. Dimensão 2: Saúde

Ao observar esta perspectiva, foram empregadas as situações de saneamento básico como *proxy* para avaliar a dimensão saúde. A ausência de acesso ou o acesso inadequado, a qualquer um desses fatores de saneamento é capaz de acarretar graves problemas à saúde do ser humano, especialmente no que concerne à saúde básica.

A Tabela 4 demonstra que no estado do Ceará, referente à dimensão Saúde, constatou-se um aumento da sua privação, de 82,5% no ano de 2005, para 83,8% em 2015, ou seja, elevação de 1,3% no período investigado.

Em relação à região Nordeste, houve uma pequena elevação do índice de privação nessa dimensão. No ano de 2005 era 83,3% passando para 83,8% em 2015. No





que diz respeito ao Brasil, nota-se um aumento no nível de privação, que em 2005 era de 82 % e no ano de 2015 de 82,4%.

### 4.3. Dimensão 3: Acesso a Bens Duráveis

A dimensão acesso a bens duráveis, leva em consideração quatro variáveis, quais sejam: fogão, geladeira, celular e televisão. Nessa dimensão, observa-se que ocorreu uma pequena redução no índice de privação no Ceará, de 70,02% em 2005 para 69,8% em 2015 (Tabela 4).

No que concerne ao Nordeste, percebe-se que também ocorreu uma pequena diminuição da privação nessa dimensão. Em 2005, era de 72,2% passando para 69,8% no ano de 2015.

Já no Brasil, viu-se uma situação igual a do Ceará e a do Nordeste. O índice de privação reduziu de 71,2% em 2005 para 70,5% em 2015.

### 4.4 Dimensão 4: Comunicação e Informação

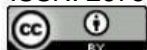
No âmbito da comunicação e informação, a privação é mensurada por duas variáveis relacionadas a nível domiciliar, que são: ao desfrute de computador e acesso à internet.

É importante ressaltar que a maior parte desses acessos à informação não sugere uma real privação, bem como não expõe nada acerca da qualidade da informação obtidas pelos domicílios. É reconhecida a necessidade de uma análise mais completa e abrangente desses parâmetros, porém isso está além da finalidade desta pesquisa.

A Tabela 4 evidencia que, entre 2005 e 2015 no estado do Ceará, houve uma redução de privação da ordem de 98,5% para 93,5%.

Em se tratando da região Nordeste, nota-se uma diminuição do nível de privação de 98,5% em 2005 para 93% em 2015. Já o índice de privação no Brasil, observou-se que ocorreu uma considerável redução de 97,4% no ano de 2005 passando para 91,7% em 2015.

### 4.5. Dimensão 5: Educação





Os índices mais elevados de privação condensam-se na dimensão educação. Isso acontece justamente pelo fato de o estudo considerar a adoção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996), que determina as diretrizes e bases da educação brasileira.

No que concerne ao ensino fundamental incompleto, crianças com idade entre 6 e 10 anos para que não sejam classificadas como privadas, devem deter de 4 a 9 anos de escolaridade. Quanto ao ensino fundamental concluído, seriam aquelas crianças na faixa etária de 11 a 14 anos que se encontrariam finalizando o ensino fundamental por volta de 8 a 14 anos de estudo.

Os jovens com idade maior de 18 anos, que precisam ter pelo menos 15 anos de escolaridade para que seja possível ter um bom nível de instrução educacional e possuir competência para se inserir no mercado de trabalho, bem como não ser classificado como carente de educação, concentram-se no ensino médio completo.

Na perspectiva da educação, é observada uma elevação no nível de privação do Ceará: no ano de 2005 era de 97,2%, percorrendo para 99,3% em 2015 (Tabela 4).

Seguindo na mesma linha, o Nordeste também apresenta um aumento de 97,4% no ano de 2005 transitando para 99,3% em 2015. Quando se trata do Brasil, verifica-se que também houve um crescimento no índice de privação, ultrapassando de 97,7% em 2005 para 99,4% no ano de 2015 (Tabela 4).

## 4.6. Dimensão 6: Trabalho

A privação no âmbito do trabalho é mensurada por nove variáveis: empregado com carteira, funcionário público, outros empregos sem carteira, trabalho doméstico com carteira, trabalho doméstico sem carteira, conta própria, trabalho próprio para consumo pessoal, trabalho na construção para uso próprio e trabalho não remunerado.

A Tabela 4 mostra a incidência de privação para essa dimensão em nível de Ceará, Nordeste e Brasil. No Ceará, o índice de privação elevou-se de 95,8% em 2005 para 96,8% no ano de 2015.





Concernente à região Nordeste, foi possível verificar que houve um pequeno aumento da privação dessa dimensão: em 2005 era de 96,0% e passou para 96,7% em 2015. Já no Brasil, observa-se que também ocorreu um acréscimo mínimo de 96,2% em 2005 para 96,6% no ano de 2015 (Tabela 4).

## 4.7. Pobreza Multidimensional

De modo geral, os dados auferidos da PNAD mostram que as condições de vida da população cearense agravaram-se durante os anos 2005 a 2015.

A Tabela 5 apresenta a pobreza em suas múltiplas dimensões no estado do Ceará, no período de 2005 a 2015. As conclusões indicam um crescimento no nível de pobreza multidimensional no estado: de 38,33% em 2005 para 44,15% em 2015, de acordo com a metodologia aplicada, obtendo uma variação de 5,82%.

Ainda na Tabela 5, observa-se o nível de pobreza multidimensional em âmbito Nordeste e Brasil. É possível verificar que na região Nordeste houve também um aumento na pobreza multidimensional, passando de 37,84% em 2005 para 44,03% no ano de 2015.

Com relação ao Brasil, nota-se mais uma vez uma elevação do grau de pobreza multidimensional, em que, no ano de 2005, a taxa era de 40,40% e ultrapassou para 45,38% em 2015.

**Tabela 5: Pobreza Multidimensional em nível de Ceará, Nordeste e Brasil, 2005, 2009 e 2015 (%)**

IPM	2005	2009	2015
CE	38,33	41,76	44,15
NE	37,84	40,82	44,03
BR	40,40	42,87	45,38

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD.

Dessa forma, é possível visualizar que o crescimento da pobreza de múltiplas dimensões no estado do Ceará foi um pouco mais elevado que na região Nordeste.

## 5 Considerações finais

Por muito tempo a pobreza era definida apenas de acordo com a insuficiência monetária, porém o seu conceito evoluiu, passando a ser vista como um fenômeno de

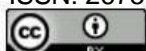


variadas dimensões que necessitam serem incluídas e analisadas, auferindo relação não somente com os fatores econômicos, como também com outras variáveis no âmbito das privações nos âmbitos sociais, culturais e políticos, podendo citar como exemplo, as condições saúde, grau de instrução do indivíduo, habitação, saneamento e introdução no mercado de trabalho. Dessa forma, a atual mudança da perspectiva unidimensional para uma abordagem multidimensional da pobreza, configura-se como uma das evoluções mais relevantes nesse âmbito.

Tendo em vista que a região Nordeste do Brasil, com destaque para o estado do Ceará, possui um menor nível de desenvolvimento e ainda é detentora de elevados níveis de pobreza e desigualdade, verifica-se o quão importante é essa abordagem multidimensional da pobreza para a região, visto que ela é reconhecida como mais completa e considera dimensões voltadas para a qualidade de vida dos indivíduos. Seguindo essa linha, a compreensão desses indicadores viabiliza a proposta e construção de políticas públicas mais bem elaboradas e planejadas para o enfrentamento de tal problemática.

Nesse sentido, faz-se necessário destacar o papel do Estado no processo de intervenção na área social, bem como na elaboração de políticas públicas que buscam enfrentar e combater a pobreza. Levando em conta que o Estado é considerado o regulador da área social e, que por meio das políticas públicas eficazes, possa atender aos anseios e às variadas demandas da sociedade, bem como suscitar a redução dos índices de desigualdade e pobreza, gerados pelo desenvolvimento socioeconômico e pelo sistema capitalista vigente procurando assim, desenvolver ações para o social e para as camadas desfavorecidas.

Atentando para a aferição da pobreza de múltiplas dimensões no Ceará sob a perspectiva das seis dimensões analisadas, detectou-se que a pobreza multidimensional denotou um trajeto crescente no decorrer dos anos estudados. Observou-se que houve uma elevação de 38,33% no ano 2005 para 44,15% em 2015, conforme a metodologia aplicada, apontando uma variação de 5,82%, bem como uma elevação dos níveis de privação nas dimensões avaliadas.







Diante do exposto, conclui-se que a maior incidência de programas sociais oferecidos pelo governo apenas amenizou o quadro social nordestino, em particular, do Ceará, porém não superou, de fato, o problema da pobreza.

Desta forma, pode-se deduzir que para ocorrer uma redução da pobreza multidimensional, faz-se necessário adotar políticas públicas voltadas, de forma específica, para as dimensões que geram maior impacto na pobreza, são elas: educação, trabalho, comunicação e informação e saúde.

Assim, o esperado com este estudo é, de fato, compreender como dadas variáveis encontram-se presentes na definição da pobreza do Ceará e, a partir disso, colaborar na orientação e direção de políticas públicas mais bem elaboradas e efetivas, com o intuito de dizimar os efeitos adversos dessa problemática ainda tão presente em nossa sociedade.

## Referências

ALVES, C. C.; VILELA, T. A. S.; RODRIGUES, E. P. A Responsabilidade do Estado enquanto provedor de Políticas Públicas e o Serviço Social: aspectos polêmicos. In: **III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**. Belo Horizonte, 2013.

BARBIERI, J. A.; RIBEIRO, D. M. A intervenção do Estado na economia e o comprometimento com desenvolvimento humano através da promoção de Políticas Sociais. IN: **XXI Congresso Nacional Conselho Nacional em Pesquisa e Pós-Graduação em Direito - CONPEDI**, Santa Catarina, 2012.

BARROS, R. P. de; HENRIQUE, R. MENDONÇA, R. Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 15, n. 42, 2000.

CALDAS, R. M.; SAMPAIO, Y. S. B. Pobreza no Nordeste brasileiro: Uma análise multidimensional. **REC - Revista Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 74-96, 2015.

CHAUI, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2009.

COUTO, B. R. O. **Direito Social e a Assistência Social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.





CURRALERO, C. R. B. **O enfrentamento da pobreza como desafio para as políticas sociais no Brasil: uma análise a partir do Programa Bolsa Família.** Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, SP, 2012.

DALLAGO, C. S. T. Estado e Políticas Sociais no Brasil: formas históricas de enfrentamento a pobreza. In: **III Jornada Internacional de Políticas Públicas.** São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007.

28

ESPÍNOLA, G. M.; ZIMMERMANN, C. R. Definição e mensuração da Pobreza: algumas considerações sobre o debate recente. In: **Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades.** Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de setembro de 2012.

FALVO, J. F. **A desigualdade social no Nordeste metropolitano: análise do período de 1981 a 2008.** Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, SP, 2010.

FRIEDE, R. **Ciência política e teoria geral do Estado.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FRONZA, P. **Programa Bolsa Família: contribuições para o enfrentamento à pobreza.** Tese (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Porto Alegre, 2010.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/microdados.html>. Acesso em 02 de maio de 2017.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.** Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 20 junho 2016.

MEDEIROS, C. N. de.; NETO, V. R. P. **Análise espacial da Extrema Pobreza no estado do Ceará.** Instituto de Pesquisas e Estratégias do Ceará: IPECE, Fortaleza, 2011.

MENDONÇA, K. V.; CAMPOS, R. T.; LIMA, P. V. P. S.; BATISTA, P. C. de S. Análise das Causas Socioeconômicas da Pobreza Rural no Ceará. **Documentos técnico-científicos.** v. 41, n. 3, Fortaleza, 2010.

OLIVEIRA, A. J. P. de. **Estudos Estados Brasileiros. Ceará 200-2013.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.





PONTES, H. A. de Q. **Pobreza No Estado Do Ceará Urbano: Uma Análise Multidimensional (2006-2013)**. Dissertação (mestrado profissional) – Programa de Pós-Graduação em Economia, CAEN, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

QUEIROZ, S. N.; REMY, M. A. P. A.; PEREIRA, J. M. P. D. Estudo comparativo entre o Programa Bolsa Família no Brasil e o Programa Oportunidades no México. Bahia **Análise & Dados**, v. 21, p. 681-699, 2011.

REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

RELATÓRIO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO. **Objetivos de desenvolvimento do milênio**. Coordenação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI/MP); supervisão: Grupo Técnico para o acompanhamento dos ODM. - Brasília: Ipea: MP, SPI, 2014. 208 p.

RIBEIRO, S. C. **Caracterização da pobreza no território de Identidade de Vitória da Conquista em 2010: um estudo a partir da abordagem das necessidades básicas e da abordagem das capacitações**. In: **II Semana da Economia**. Bahia, 2011.

SANTANA, E. M. J. **A pobreza no Brasil na década de 2000: políticas e resultados**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) -Graduação em Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

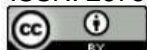
SANTOS, E. I. dos.; CARVALHO, Í. C. S. de.; BARRETO, R. C. Sá. Análise espacial da Pobreza no Nordeste brasileiro: uma aplicação do IMP. In: **XI ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA**. Bahia, 2015.

SCHEEFFER, F. O papel das políticas públicas: uma questão controversa. In: VIII Encontro de Economia Catarinense, 2014, Rio do Sul. **Anais dos resumos do VIII Encontro de Economia Catarinense**, v. 1, p. 49-50, 2014.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Mota; revisão técnica Ricardo Doninelle Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, A. F.; ARAUJO, J. A.; CAMPELO, G. L.; VASCONCELOS, J. C. **Uma análise da Pobreza Multidimensional no Ceará no período 2006 a 2012**. 1º lugar com artigo, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, Fortaleza, 2014.

SILVA, C. F. da; SOUSA JUNIOR, A. S. de. Pobreza e Desigualdade no Brasil: uma análise da contradição capitalista. In: **VII Congresso Português de Sociologia**. Universidade do Porto - Faculdade de Letras – Faculdade de Psicologia e Ciência da Educação, 2012.





SILVA, E. D. **Pobreza absoluta e classes sociais no Brasil: o saldo do período de estagnação econômica, 1981-2003: uma abordagem sócio-ocupacional.** Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, SP: [s.n.], 2005.

SOARES, S.; SOUZA, L. de.; SILVA, W. SILVEIRA, F. G.; CAMPOS, A. Perfil da Pobreza: Norte e Nordeste rurais. **Estratégia do FIDA para o Brasil 2016-2021 e Série de Estudos sobre a Pobreza Rural.** Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Brasília, 2016.

WERTHEIN, J. NOLETO, M. J. Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social. **Anais do Seminário Internacional Pobreza e Desigualdade no Brasil,** Brasília, 2003. ISBN: 85-87853-96. Brasília: UNESCO, 2003.

WLODARSKI, R.; CUNHA, L. A. Desigualdade Social e Pobreza como consequências do Desenvolvimento da sociedade. In: **IX Simpósio Internacional Processo Civilizador.** Paraná, 2005.

VALE, T. M. C. do.; FELIPE, J. L. A.; FORMIGA, M. C. C.; RAMOS, P. C. F. Redução da pobreza e transferências governamentais: um estudo de caso para o estado Rio Grande do Norte na região Nordeste brasileira. In: **XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais,** ABEP. Caxambu- MG – Brasil, 2010.

<sup>i</sup> **Yonara Duarte Caetano**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0060-079X>

Curso de Economia, Departamento de Economia, Universidade Regional do Cariri (URCA)  
Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri – URCA; Pós-graduada em Gestão Financeira e Consultoria Empresarial pela Universidade Regional do Cariri (URCA).

Contribuição de autoria: Escrita e recolhimento dos dados do artigo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8895007892173191>.

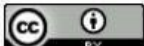
E-mail: [yonaradc1993@hotmail.com](mailto:yonaradc1993@hotmail.com)

<sup>ii</sup> **Marília de Souza Castro**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8891-8825>

Curso de Economia, Departamento de Economia, Universidade Regional do Cariri (URCA).  
Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (URCA); Especialista em Administração Financeira pela Universidade Regional do Cariri (URCA); Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Professora substituta na Universidade Regional do Cariri (URCA) e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Territorialidades Econômicas e Desenvolvimento Regional e Urbano (GETEDRU/DE-URCA).

Contribuição de autoria: Orientação e supervisão do artigo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0242854232414418>





---

E-mail: [castro-marilia@hotmail.com](mailto:castro-marilia@hotmail.com)

---

**Editora responsável:** Cristine Brandenburg

**Especialista *ad hoc*:** Luís Távora Furtado Ribeiro

31

**Como citar este artigo (ABNT):**

CAETANO, Yonara Duarte; CASTRO, Marília de Souza. Um estudo sobre a pobreza multidimensional no estado do Ceará no período de 2005 a 2015. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 3, n. 3, e337171, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.47149/pemo.v3i3.7171>

Recebido em 10 de julho de 2021.

Aceito em 08 de outubro de 2021.

Publicado em 09 de outubro de 2021.

